



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Assembleia Municipal de Azambuja

APROVADO

Em reunião de 9 / 9 / 21

Com:

UNANIMIDADE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE JUNHO DE 2020

--- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas 20h40m, no Auditório da Casa do Povo de Aveiras de Cima, em Aveiras de Cima.

ORDEM DO DIA

Ponto 1	Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal	
Ponto 2	Revisão Orçamental - ratificação (art.ºs 3.º e 3.ª da Lei 1-A/2020 de 19 de Março)	27/P/2020
Ponto 3	Colaboração com as Juntas de Freguesia no âmbito do COVID19	29/P/2020
Ponto 4	Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2019	43/P/2020
Ponto 5	Aplicação de Resultados Líquidos do Exercício 2019	44/P/2020
Ponto 6	Modificação ao Orçamento – Revisão Orçamental	45/P/2020
Ponto 7	Reconhecimento de Interesse Municipal – AGROGADOS – Sociedade Agrícola Pecuária, Lda.	41/P/2020
Ponto 8	Reconhecimento de Interesse Público para a construção - VIRDE CELLA, SA.	42/P/2020
Ponto 9	Reconhecimento de Interesse Publico para a Construção – Parque da Milhariça	47/P/2020
Ponto 10	Projeto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo e de Mérito do Município de Azambuja.	09/VSV/2020
Ponto 11	Projeto de Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais Extraordinários aos Bombeiros das Associações de Bombeiros de Alcoentre e Azambuja e aos Membros operacionais da Cruz Vermelha de Aveiras de Cima	11/VSV/2020
Ponto 12	Alteração dos Estatutos da AMAGÁS	13/VSL/2020
Ponto 13	Mapa de Pessoal - Alterações	32/VSV/2020

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira.

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Jorge Lopes , António Calixto Isidro, Ana Paula Martins, em substituição de António José Rodrigues , António José da Fonseca Nobre, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Francisco Galvão Morgado, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Ana Paula Moura em substituição de Manuel Maria Valadares Couceiro , Margarida Helena Lages Maia, Maria Inês da Graça Louro, Maria Arminda Marques Tavares, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres, Rogério Faria Jorge. Faltou o Sr. Deputado Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro do BE, por motivos de saúde.

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Margarida Narciso Vítor, Silvino José da Silva Lúcio, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria João Martins Canilho de Sousa e Mara Lúcia Oliveira.

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- O Sr. Presidente da Mesa deu início à Sessão informando que devido ao confinamento e para que o público pudesse acompanhar os trabalhos, a reunião seria transmitida online e agradeceu ao Sr. Presidente da direção da Casa do Povo a cedência das instalações.

--- Foi apresentado um VOTO DE PESAR pelo falecimento de Joaquim Félix de Carvalho, que foi aprovado por unanimidade, tendo sido realizado um minuto de silêncio.

--- A Sra. Deputada Inês louro, em nome da família agradeceu a homenagem prestada e informou que em Assembleia de Freguesia fora decidido a atribuição do nome "Joaquim Mil Homens a uma rua da freguesia, pelo que o faria chegar à Câmara, para deliberação.

--- Foi apresentado um VOTO DE PESAR pelas vítimas COVID 19, que foi aprovado por unanimidade.

---Foram referidas pelo Sr. Presidente da Mesa as Informações que tinham sido colocadas à disposição dos Srs. Deputados, (INF 3/P/2020- Demonstrações Financeiras Semestrais e Informação Cabazes distribuídos a famílias carenciadas no âmbito ajuda COVID 19)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- APROVAÇÃO DE ATAS.-----

--- A ata do dia 28 de novembro de 2019, foi aprovada por unanimidade.-----

--- A ata do dia 10 de janeiro de 2020, foi aprovada por unanimidade.-----

--- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS.-----

--- Interveio a Sra. Senhora Deputada Inês Louro, reportando-se à pandemia COVID 19, lembrou que a Freguesia de Azambuja passava por tempos difíceis, pelo que agradeceu ao executivo camarário todo o apoio que disponibilizava, considerou que o Sr. Presidente Da Câmara tinha tido um comportamento exemplar, enquanto responsável pela Proteção Civil, assim como o COM e restantes elementos da equipa. Agradeceu ainda ao Sr. Presidente da junta de Vila Nova da Rainha, enquanto representante das Juntas, pela disponibilidade que manifestava na divulgação diária dos números de casos no Concelho.-----

--- O Sr. Presidente da Câmara agradeceu as palavras da Sra. Deputada, dizendo que considerava obrigação que a Câmara apoiasse da melhor forma possível por forma a minimizar os efeitos nefastos da pandemia.-----

----- ORDEM DO DIA -----

--- PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL

--- Interveio o Sr. Deputado Carlos Piriquito, parabenizou o executivo pelo esforço efetuado no combate à pandemia, assim como a todos os funcionários afetos. para indagar em que situação estava a situação do passe dos navegantes, para as Virtudes, e se se iria avançar com as obras na escola antes de setembro, por forma a que o Dr. Casimiro pudesse instalar-se lá.-----

---Em resposta o Sr. Presidente disse ainda estar em negociações com a CP. Fora feito o levantamento de quantos munícipes necessitariam de o utilizar, quarenta e sete pessoas, fora dito à CP que a Câmara estava disposta a participar na despesa, mas que ainda assim não via grande abertura por parte da CP. Quanto ao Posto médico, recebera um email da Diretora do ACES a confirmar que o Dr. estaria disponível para trabalhar, ainda que tivesse referido Aveiras de Cima. A obra seria iniciada, mas era bom que o Dr. fosse lá dar indicações no sentido que as instalações ficassem de acordo com as suas necessidades.-----

--- O Deputado Carlos Piriquito, considerou que seria de abreviar o início das obras, para garantir que o Dr. pudesse instalar-se lá. Quanto ao passe, disse ser importante que se conseguisse, até porque a freguesia de Aveiras de Baixo, tinha uma população envelhecida, e seria uma mais-valia para chamar os jovens a instalar-se.-----

--- Interveio o Sr. Deputado Jose Carlos Matos, agradeceu a transmissão online da reunião, por forma a que o público pudesse acompanhar os trabalhos. Parabenizou o Sr. Presidente pela atuação do município de Azambuja, no período de pandemia. Considerou que a Atividade Municipal era o espelho da situação pandémica que se vivia, não tendo por isso nada a argumentar.-----

--- Interveio a Sra. Senhora Deputada Inês Louro, para realçar a atividade nas áreas de Ação Social e da Educação que considerou áreas pilares de uma sociedade evoluída. Concluiu dizendo sentir-se orgulhosa, enquanto membro do Partido Socialista de a Câmara ter conseguido em tão pouco tempo, dar resposta de forma tão positiva às necessidades a que a pandemia obrigara.-----

--- Discutido o assunto, nada foi deliberado.-----

--- PONTO 2 – Revisão Orçamental - ratificação (Art. 9s 3.º e 3.ºA da Lei 1-A/2020 de 19 de Março)

-----27/P/2020

--- A proposta 27/P/2020 foi retirada.-----

--- PONTO 3 – Colaboração com as Juntas de Freguesia no âmbito do COVID19

P 29/P/2020

--- Interveio a Sra. Deputada Inês Louro, considerando que mais uma vez a Câmara Municipal soubera estar ao lado das Juntas de Freguesia e às necessidades destas, que para combater a pandemia tinham tido necessidade de reformular os seus Orçamentos, afetando verbas a esta causa em detrimento de outras a que estavam destinadas no sentido de se adaptarem a estes tempos difíceis. Agradeceu a celeridade com que a Câmara levava a reunião a atribuição de verbas a disponibilizar às Juntas de Freguesia, sem as quais seria difícil conseguirem fazer face às despesas acrescidas que a pandemia suscitara.-----

--- Interveio o Sr. Deputado Jose Carlos Matos, para reforçar o pedido dos relatórios das Juntas de Freguesia, na sequência dos Contratos interadministrativos.-----

--- Discutido o assunto foi a proposta nº. 29/P/2021 aprovada por unanimidade.-----

--- PONTO 4 – Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2019

P 43/P/20



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- O Sr. Presidente da Câmara fez uma análise dos dados mais relevantes da execução orçamental e patrimonial do ano 2019. Relativamente à Receita referiu que, ao longo do exercício de 2019, as receitas arrecadadas pelo Município totalizaram 22 643 milhares de euros, 94,3% corresponderam a receitas de natureza corrente e 5,7% a receitas de capital e outras receitas. Em termos globais, a Receita registara um ligeiro decréscimo (-0,1%) relativamente a 2018. Considerou ser de referir que, em 2019, a cobrança de impostos diretos superara as expectativas, particularmente, no IMT (+3 638 milhares de euros, face ao previsto). Informou que a execução orçamental da Receita fora de 121,0%, mantendo a significativa melhoria quanto ao rigor e prudência das previsões, comparativamente com 2018, a Receita Própria crescera 18,6%, em especial pelo aumento do valor cobrado a título de impostos indiretos (operações urbanísticas), ao passo que a Receita Estrutural decrescera 3,5%, isto porque a receita bruta dos impostos diretos, designadamente, do IMT e do IUC, fora inferior ao ano anterior. Quanto à Despesa disse que o valor dos pagamentos efetuados, em milhares de euros, fora de 21 062.00. Observara-se um acréscimo da despesa de 16,4% (+2 962 milhares de euros) face a 2018 tendo o nível de execução orçamental da Despesa alcançado os 78,4%. Considerou ser de realçar o esforço que o Município tem vindo a efetuar de canalização de recursos para Investimento, que assumiu o peso de 24,8% no total das despesas, o que foi evidente na execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Informou que os agrupamentos da despesa com um peso mais expressivo foram o das Despesas com o Pessoal (29,2%), o da Aquisição de Bens de Capital (24,8%) e o da Aquisição de Bens e Serviços Correntes (24,3%), que teve um aumento face ao ano anterior, na ordem dos 735 milhares de euros, fruto da dinâmica do atual Executivo, evidente nas atividades patentes no PAM. Quanto ao Saldo Orçamental referiu que fora 1 580 904 euros e o Saldo da Gerência que transitara para 2020 fora 10 529 425 euros. Os Proveitos e Ganhos do exercício fixaram-se em 22 920 milhares de euros e os Custos e Perdas em 18 127 milhares de euros. Considerou que, desta forma, o Resultado Líquido do Exercício fora positivo de 4 793 milhares de euros contribuído favoravelmente para a situação patrimonial municipal. Informou que o Ativo se fixara em 75 612 milhares de euros - composto, no essencial, por imobilizações (76,3%), o Passivo, incluindo Acréscimos e Diferimentos, cifrara-se em 20 233 milhares de euros, representando cerca de 26,8% do Ativo e os Fundos Próprios em 55 379 milhares de euros (2018: 50 516 milhares de euros), com um peso de 73,2% do Ativo. Para terminar referiu que o prazo médio de pagamentos se manteve nos 0 dias, ou seja, o Município encontrava-se a pagar as aquisições de bens e serviços praticamente a pronto pagamento. A Redução do Endividamento em 10% - imposição da Lei do Orçamento de estado 2019, fora cumprida bem como a Regra do Equilíbrio Orçamental. Face à inexistência de pagamentos em atraso, da diferença entre receitas correntes brutas cobradas e despesas correntes pagas resultara uma poupança corrente de 7 474 milhares de euros. -----

--- Interveio a Sra. Deputada Inês Louro enaltecendo que o Município de Azambuja tivesse resultados como os demonstrados com o prazo médio de pagamentos cifrado nos 0 dias. Considerou que a economia nacional necessitava de bons pagadores de Estado como o era o município de Azambuja. Considerou que a despesa com o pessoal tinha aumentado, contrabalançando a diminuição de despesas de contratação externa. Considerou que a Câmara soubera cativar verbas para as Obras que pensava realizar, como a obra do esteiro, tão ansiada pelos Azambujenses. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Nobre, considerando que na análise da Sra. Deputada Inês Louro, era necessário considerar que também tinha havido "*um deslizamento*", obra que era para ser feita e não fora por exemplo, e que contribuíra para os resultados alcançados, considerou que o documento tinha de ser analisado também por este prisma. -----

--- Interveio o Senhor Deputado António Jorge Lopes, referindo que o acréscimo inesperado de receita provinha dos impostos, pelo que aos contribuintes era devida, disse que numa análise do documento se podia aferir por exemplo que o valor cobrado de IUC era superior à despesa efetuada com o arranjo de estradas, o valor cobrado no IRS não fora aplicado à despesa com escolas, piscinas ou algo que beneficiasse as famílias, e de uma forma geral a despesa realizada fora em favor da própria Câmara, como a aquisição de viaturas e a reparação de imóveis do município. Considerou haver "*coisas bem feitas*", mas era necessário definir prioridades. Informou que o grupo PSD votaria contra o documento "*por espelhar uma gestão de quem vive para si mesmo à conta dos impostos de terceiro*:" -----

--- Discutido o assunto foi a proposta nº. 43/P/2020 aprovada por maioria com 21 votos a favor (14 do PS e 7 da CDU), 1 abstenção do CDS e 5 votos contra do PSD. -----

--- PONTOS 5- Aplicação de Resultados Líquidos do Exercício 2019

P 44/P /2020



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- Não havendo discussão, foi a proposta 44/P/2021 aprovada por maioria, com 14 votos a favor do PS e 13 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD, e 1 do CDS). -----

--- **PONTO 6 – Modificação ao Orçamento – Revisão Orçamental** **P 45/P/2020**

--- Não havendo discussão, foi a proposta 45/P/2020 aprovada por maioria com 14 votos a favor do PS e 13 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD e 1 do CDS). -----

--- **PONTO 7 – Reconhecimento de Interesse Municipal – AGROGADOS – Sociedade Agrícola Pecuária, Lda.** **P 41/P/2020**

--- A pedido do Sr. Presidente da Câmara o Sr. Arquiteto Paulo Natário disse que estava em causa um procedimento no âmbito de legislação excecional de regularização de atividade económica. Tratava-se de um processo em que o requerente levava algum tempo a até concluir o pedido, e era um primeiro passo no sentido de legalizar a atividade económica. -----

--- Não havendo discussão, foi a proposta 41/P/2020 aprovada por maioria com 14 votos a favor do PS e 13 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD e 1 do CDS). -----

--- **PONTO 8 – Reconhecimento de Interesse Público para a Construção - VIRDE CELLA, SA. P42/P/2020**

--- O Sr. Presidente da Câmara explicou que a proposta agora apresentada, derivava da alteração que a empresa tencionava fazer, em vez de um edifício tencionava construir dois, ainda que com a mesma área do anterior para o qual já tinha sido aprovado o Interesse Público Para a Construção. Informou que como contrapartida a empresa tencionava custear uma das rotundas a construir na N3. -----

--- Interveio o Sr. Deputado José Carlos Matos que 40/P/2019, que aprovara a Declaração de Interesse Público, perguntou qual o motivo da mudança da empresa para o mesmo espaço, considerou, ainda que a empresa agora em questão se lhe afigurasse credível, que seria de se ter alguma cautela, ao contrário da situação da instalação do aterro, para que não se repetisse a situação de *“quem pede não é quem faz”*. Perguntou se neste novo projeto estava previsto a construção de um corredor pedonal para as pessoas que se deslocavam a pé de e para o comboio. -----

--- O Sr. Presidente referiu que a empresa era a mesma, mantivera o número de contribuinte apenas mudara o nome. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Jorge Lopes para perguntar a razão de, de uma proposta para a outra ter havido uma diminuição de 10.000 m no espaço a ceder, e se parque de estacionamento para ligeiros, previsto no processo, era apenas para utilização dos funcionários da empresa, ou se tinha ligação ao apeadeiro por forma a que os utilizadores pudessem estacionar os seus veículos. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a diferença se devia ao traçado de uma estrada que a empresa se prestara a fazer que ligava a N3 à estrada paralela ao caminho de ferro, quanto ao estacionamento era também para os utilizadores do apeadeiro. Informou estar também previsto um parque de estacionamento de pesados, no qual seriam colocadas casa de banho. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Nobre considerando que se poderia ter sugerido que a empresa utilizasse o transporte ferroviário de mercadorias, dada a localização da linha de caminho de ferro, era inconcebível que não fosse utilizada a solução ferroviária para efeitos do transporte de mercadorias. A N3 já não comportava com mais trânsito de pesados, a Câmara deveria ter sido mais insistente no sentido de tirar o trânsito da via rodoviária, o que por si só a construção da rotunda e da estrada de ligação não resolvia. O Sr. Presidente referiu que a opção era da empresa, que a Câmara não poderia impor qual o meio que deveriam escolher, que resolvesse os seus problemas. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Mário Parruca, para perguntar qual a zona da área de estacionamento para os veículos ligeiros e pesados, a que o Sr. Presidente disse que seriam feitos junto dos terrenos da Edgar & Prieto no final da estrada paralela ao caminho de ferro. -----

--- Interveio o Sr. Deputado José Carlos Matos, considerou que haveria sempre um aumento de tráfego na N3 naquele troço que se agravaria quer em Vila Nova da Rainha quer junto à rotunda da Sonae. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que 90% da solução passaria pela construção das duas rotundas, já protocoladas com a E.P. Ajudaria também a passagem dos camiões pela variante. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Jorge Lopes, considerando ser necessário haver um plano estratégico devidamente planeado, que passava não só pela Câmara, mas também pelo Governo Central, dada a importância económica que representava. -----

--- Discutido o assunto, foi a proposta nº 42/P/2020 aprovada por maioria com 17 votos a favor (14 do PS, 2 do PSD e 1 do CDS) e 10 abstenções (7 da CDU e 3 do PSD). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- **PONTO 9 - Reconhecimento de Interesse Publico para a Construção – Parque da Milhariça** -----
-----P47/P/2020

--- Não havendo discussão, foi a proposta nº 47/P/2020 aprovada por unanimidade. -----

--- **PONTO 10- Projeto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo e de Mérito do Município de Azambuja.** -----
-----P/9/V-SV/2020

--- Interveio a Sra. Deputada Inês Louro, que se regozijou com a elaboração do Regulamento, apesar de serem atribuídas há um tempo tinham sido aumentadas para mil euros. Considerou um excelente incentivo à Educação. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Jorge Lopes para perguntar se as bolsas de mérito, está ou não dependente da situação financeira do agregado familiar, se era exigido a Declaração de rendimentos, e os restantes comprovativos, a que a Sra. Vereadora disse que as alíneas referidas estavam excecionadas para o caso das bolsas de mérito. -----

--- Discutido o assunto foi a proposta nº 9/V-SV/2020 aprovada por unanimidade. -----

--- **PONTO 11- Projeto de Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais Extraordinários aos Bombeiros das Associações de Bombeiros de Alcoentre e Azambuja e aos Membros operacionais da Cruz Vermelha de Aveiras de Cima** -----
-----P 11/V-SV/2020

--- Interveio o Sr. Deputado António Jorge Lopes, para perguntar como era calculada a compensação prevista na alínea a) do artigo 3º. A que lhe foi dito que era um valor de 15% deduzido para além do valor normalmente cobrado, como aliás era explicado no artigo 4º. -----

--- Discutido o assunto foi a proposta nº 11/V-SV/2020 aprovada por maioria, com 26 votos a favor (13 do PS, 7 da CDU, 5 do PSD e 1 da CDS) e 1 abstenção do PS. -----

--- **PONTO 12- Alteração dos Estatutos da AMAGÀS** -----
-----P 13/V-SL/2020

--- Não havendo discussão foi a proposta nº13/V-SL/2020 aprovada por unanimidade. -----

---**PONTO 13- Mapa de Pessoal – Alterações** -----
-----P 32/V-SV-2020

--- Não havendo discussão foi a proposta nº32/V-SV/2020 aprovada por maioria, com 24 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU, 2 dois do PSD e 1 da CDS) e 3 abstenções do PSD. -----

--- **ENCERRAMENTO** -----

--- Eram 23 horas e 20 minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----